

As expectativas para 1982

têm suas condicionantes

15 DEZ 1981
Jornal da Tarde Economia Brasil

Durante a semana passada deixamos praticamente de comentar os assuntos econômicos e financeiros por dois motivos que nos parecem válidos: primeiro porque havia temas de natureza política mais urgentes, já que as controvérsias a respeito do pacote eleitoral dominavam o noticiário de imprensa; segundo porque não temos tido propriamente novidades na área da economia e das finanças, pelo menos não no sentido de mudanças de orientação significativas. Na verdade, encontramos-nos em plena safra da futurologia neste terreno, com os prognósticos sobre o provável desempenho econômico em 1982 ocupando lugar de destaque.

É possível, todavia, fazer algumas avaliações a respeito do que está sendo dito, inclusive à luz de certos fatos que já foram constatados, no sentido de introduzir observações que nos parecem válidas nesse debate — e para isso aguardamos que se juntasse material adequado.

Os leitores devem estar lembrados ainda das declarações que publicamos na semana passada, feitas pelo ministro Delfim Neto em Frankfurt, na Alemanha. Falando perante representantes de bancos alemães, ele voltou a fazer sua profissão de fé na economia brasileira, dizendo que “o Brasil vai voltar a crescer 7 por cento ao ano no biênio 1985/86, sem aumentar a dívida externa, sem criar pressões adicionais no balanço de pagamentos e com uma consistente redução da inflação interna”. De acordo com o ministro, isso deverá ocorrer a partir dos primeiros resultados do Projeto Carajás e do projeto de irrigação dos cerrados.

Vemos, portanto, que o ministro Delfim Neto, contrariando um pouco os seus hábitos reconhecidamente imediatistas, está pensando estrategicamente, a prazo médio, e contando com uma suculenta omelete antes das galinhas terem posto os ovos. O máximo que podemos fazer, neste momento, é torcer para que ele esteja com a razão e invocar o beneplácito dos deuses para o bom andamento dessas realizações — que também reputamos importantes.

Pensamos, todavia, que para a maior parte dos agentes econômicos, e principalmente para os empresários privados, a indagação mais crucial é a respeito das possibilidades da nossa economia antes de 1985, ou seja, a partir do próximo ano.

Um dado importante foi noticiado também na semana passada: com um superávit de 375 milhões de dólares em novembro, a balança comercial brasileira registra até agora saldo positivo de 988 milhões de dólares, que certamente irá superar bastante a casa de um bilhão de dólares até o final do ano.

Como o principal constrangimento à dinamização das atividades provém, como é sabido, das contas com o Exterior, é evidente que estamos de fato num processo de criação de condições para elevar a taxa de crescimento econômico, o que sem dúvida já poderá ocorrer em 1982: com um bilhão ou mais de dólares de superávit comercial e cerca de um bilhão de dólares a menos na conta de serviços, certamente podemos raciocinar numa atmosfera de desafogo.

Existem, no entanto, algumas condicionantes que não devem ser desprezadas e que nos levam a moderar qualquer sentimento de otimismo muito pronunciado. Na questão, por exemplo, da conta de comércio externo, o presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Laerte Setúbal, lembrou muito bem que o superávit não pode ser saudado isoladamente. É preciso lembrar, de um lado, que ele ocorreu num quadro de recessão interna e que, ademais, o volume total do comércio exterior brasileiro (exportações mais importações) não chegou a ter expansão significativa. Estrategicamente falando, teria sido preferível um maior volume de comércio exterior, mesmo com resultado positivo menor ou até com resultado ligeiramente negativo, pois isso daria à economia brasileira uma margem de proteção maior e também mais flexibilidade contra eventuais adversidades externas.

Na prática continuamos de certo modo tolhidos no que se refere à gestão interna da economia, uma vez que o superávit conquistado não pode ser perdido, e seria mais fácil conservá-lo, evidentemente, com um volume maior de comércio global distribuído mais harmonicamente no mercado internacional.

Allás, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen observou que qualquer possível grau de retomada do crescimento econômico estará condicionado basicamente por duas coisas: a capacidade ociosa existente na indústria, e que segundo ele é da ordem de 28 por cento em média; e o nível de reservas cambiais do Brasil, que não pode descer abaixo de onde está.

Além disso há problemas difíceis de serem resolvidos na área interna, e um deles é sem dúvida o imenso nível de dispêndios do setor público que, em 1980, segundo cálculos do prof. Carlos Von Doellinger, (do Ipea), já alcançava 46 por cento do valor do Produto Interno Bruto, e que deve ter tido participação ainda maior em 1981. Nesses dispêndios está incluída a avassaladora massa de subsídios e incentivos que as autoridades precisam encontrar uma maneira de reduzir, ainda que em termos relativos.

A outra questão crucial é a dos custos financeiros. Conforme mostrou o prof. Afonso Celso Pastore, temos agora uma tendência de aumento dos custos financeiros reais para as empresas, uma vez que a taxa de inflação vem declinando enquanto as taxas de juros se tornaram relativamente rígidas. A idéia de desvincular a taxa cambial da correção monetária, de modo a permitir uma redução dos custos financeiros tanto para empréstimos externos quanto internos, parece-nos oportuna e deveria ser examinada na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional, pois teria efeito psicológico positivo para uma retomada de investimentos na área privada.